

O Futuro da Educação Superior e a Sociedade

Sessões da Comissão UnB.Futuro
Volume 1



O Futuro da Educação Superior e a Sociedade

*Sessões da Comissão UnB.Futuro
Volume 1*

UnB.FUTURO

O FUTURO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A SOCIEDADE

Sessões da Comissão UnB.Futuro
Volume 1

O Futuro da Educação Superior e a Sociedade

Cristovam Buarque
Mozart Neves Ramos
Lauro Morhy
Paulo Speller
Adib Jatene
Naomar de Almeida Filho
Edward Madureira Brasil
Pascal Smet
Alvaro Toubes Prata

Jaime Martins de Santana, Isaac Roitman e Fernando Oliveira Paulino
(Organizadores)
Prefácio de Ivan Camargo

Comissão UnB.Futuro

Integrantes: Adalgisa do Rosário, Aldo Paviani, Daniele Perdomo, Ellen Fensterseifer Woortmann, Fernanda Sobral, Fernando Oliveira Paulino, Fernando Molina, Geralda Dias Aparecida, Isaac Roitman, Jaime Santana, José Carlos Coutinho, Luis Humberto Miranda Martins Pereira, Marcos Formiga, Neuza Meller e Vladimir Carvalho.

Capa Cris Nascimento
Diagramação Cris Nascimento
Apoio Universidade de Brasília



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UnB

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro – Faculdade de Comunicação, Brasília - DF,
CEP: 70910-900, BRASIL

Telefone: +55 61 3107-6627

E-mail: fac.livros@gmail.com

DIRETOR

Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA

Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldês, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e
Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Círcia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard Rebouças
(UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofoletti (UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Covi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo Cimadevilla
(Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e
Madalena Oliveira (Portugal).

Catálogo na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica

CDU: 378

O Futuro da Educação Superior e a Sociedade. Sessões da Comissão UnB.Futuro /
Organização: Jaime Martins de Santana; Isaac Roitman; Fernando Oliveira Paulino – 1. ed.
– Brasília: FAC-UnB, 2016.

148p.; 23cm

ISBN 978-85-93078-08-8

1. Educação superior. 2. Universidade de Brasília. I. Título. II. Tema.

CDD: 353.8

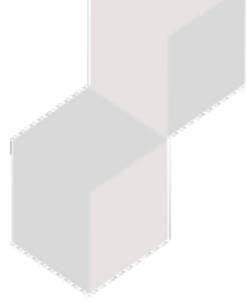
CDU: 378

DIREITOS DESTA EDIÇÃO CEDIDOS PARA A FAC-UnB. Permitida a reprodução total ou
parcial, por qualquer meio desde que citada a fonte.

Sumário

Prefácio	11
<i>UnB.Futuro: espaço para reflexão e formação</i> Ivan Camargo	
Introdução	13
<i>A Comissão UnB.Futuro: diálogo entre universidade e sociedade</i> Jaime Martins de Santana; Isaac Roitman; Fernando Oliveira Paulino	
Capítulo 1	19
<i>O que é necessário fazer para que a universidade seja vanguarda no pensamento contemporâneo?</i> Cristovam Buarque	
Capítulo 2	29
<i>O Brasil que queremos e a universidade que precisamos</i> Mozart Neves Ramos	
Capítulo 3	39
<i>Autonomia universitária</i> Lauro Morhy Paulo Speller	

Capítulo 4	61
<i>A universidade e o futuro da Medicina</i>	
Adib Jatene	
Capítulo 5	75
<i>Anísio Teixeira e a nova Universidade Nova</i>	
Naomar de Almeida Filho	
Capítulo 6	111
<i>As universidades federais e o desenvolvimento do país: potencialidades e fatores limitantes</i>	
Edward Madureira Brasil	
Capítulo 7	23
<i>Internacionalização da universidade</i>	
Pascal Smet	
Capítulo 8	135
<i>A Inovação na universidade do século XXI</i>	
Alvaro Toubes Prata	



Autonomia Universitária⁹

Lauro Morhy¹⁰

Paulo Speller¹¹

3.1. Considerações de Lauro Morhy

Vamos então conversar um pouco sobre autonomia universitária e alguns assuntos correlacionados, aproveitando o tempo que me foi concedido em circunstância especial. Sinto-me, porém, no dever de informar que não tenho qualquer pretensão de esgotar tão complexo tema.

No início, as instituições que deram origem às universidades eram escolas ligadas a estabelecimentos religiosos como mosteiros, catedrais e madrasas. À frente dessas *escolas*, um *magister scholarum*, *scholasticus*, *ulemá* ou outro membro, geralmente dirigente na hierarquia religiosa, auxiliado por docentes adjuntos, exerciam o magistério ensinando e até promovendo trocas de opiniões sobre

⁹ Sessão realizada em 1º/07/2013 no Auditório da Reitoria da Universidade de Brasília.

¹⁰ Professor emérito e ex-reitor da UnB. O professor Morhy faleceu em 17 de julho de 2016.

¹¹ Secretário-Geral da Organização dos Estados Ibero-Americanos. Ex-Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação e ex-reitor da Universidade Federal do Mato Grosso e da Universidade de Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

religião, direito, cálculo e outros conhecimentos. Entretanto, a vontade dos alunos, e mesmo de alguns docentes, de seguir rumos próprios, libertando-se do modo de trabalho impositivo e restritivo das instituições religiosas, terá certamente originado os primeiros conflitos sobre autonomia. A futura universidade já manifestava assim o espírito autonômico em seu berço, mesmo porque isso estava em sua essência. Então as *escolas* foram passando por transformações e no século XIII já estavam criadas as primeiras universidades, como as de Bolonha, Paris, Oxford, Montpellier, Cambridge e Pádua.

Os estudos religiosos e a busca do conhecimento como fim em si foram abrindo espaço a assuntos da vida plena, caminhando para aspectos mais práticos e utilitários. Isso levou setores das sociedades e os Estados a explorarem e a dominar cada vez mais as universidades, abalando muito a sua vocação autonômica. Volto a insistir que a autonomia da universidade está no seu gene. Está na alma da verdadeira universidade. Ela precisa ter o direito de reger-se por suas próprias normas, no cumprimento da sua grandiosa missão com infinitos horizontes, que incluem compromissos sociais.

As universidades não obedecem a um modelo único, embora apresentem traços comuns em sua diversidade. Ao longo de seus oito a dez séculos de existência, foram sendo cada vez mais usadas pelos Estados dominantes, mas, desde a sua origem e ao saírem do plano monástico, buscaram sempre a autonomia plena, pela necessidade que têm de serem livremente criativas e inovadoras.

Sempre houve muita dificuldade em se praticar a autonomia, inclusive porque, cada vez mais, os poderosos e seus Estados perceberam a grande importância dessas instituições que criavam, cultivavam, inovavam e transmitiam conhecimentos e saberes. De fato, tratavam-se de importantes instrumentos de poder, de solução de problemas e de progresso! Embora em um primeiro momento, estivessem mais para cuidar de filosofias e práticas religiosas, como já consideramos, elas foram realmente se envolvendo inevitavelmente com os problemas do dia a dia, com as necessidades sociais.

E, então, como sabemos pela sua história, as universidades passaram a fazer parte de toda uma realidade transformadora e

inovadora, com avanços cada vez maiores, mais rápidos e incessantes. A autonomia que sempre se buscou foi e é assunto visto com fortes restrições pelos poderes públicos, mesmo quando é concedida legalmente. Este é o caso do nosso Brasil. Já tivemos oportunidade de discutir isso em vários artigos publicados (veja alguns em: www.lauromorhy.com.br).

Universidades e instituições como o Crub e a Andifes, além de outras instituições de ensino e pesquisa públicas e privadas, organizações sociais, sindicais e estudantis já discutiram e ainda discutem muito esse tema. Como estudante, docente e Reitor da UnB, participei de comissões de estudos e discussões e ajudei a promover o debate sobre autonomia e reforma universitária. Antes de eu ser Reitor da UnB, o Reitor João Claudio Todorov teve também papel importante nesse debate, como membro das Comissões do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), das quais depois também fiz parte e que visavam uma base legal para as universidades brasileiras com a maior autonomia possível. Em momentos diversos, outros Reitores da UnB que nos antecederam deram também importantes contribuições sobre o assunto. Era sempre uma vasta e intensa discussão, com acalorados debates, sobretudo porque a certa altura esses esforços também estavam direcionados para a preparação da Constituição do Brasil de 1988.

Quanto à autonomia universitária, a nova Constituição trouxe o que seria finalmente a realização de um grande sonho. Viu-se, porém, em breve tempo, que a burocracia nacional conseguiu tornar praticamente sem efeito a própria lei constitucional. Distração do movimento sindical, do mundo universitário brasileiro e da nossa pátria mãe idolatrada? Talvez não tenha sido só isso. Precisamos espremer mais a história. Não devemos, porém, perder a esperança.

Nesta oportunidade, não devemos deixar de lembrar que as leis que concedem autonomia às universidades vêm sendo mal cumpridas ou descumpridas há muito tempo. Não será demais lembrar:

1931 - O Estatuto das Universidades Brasileiras;

1945 - Decreto do Estado Novo, que chegou a conceder “autonomia administrativa, financeira e disciplinar”;

1961 - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que concedeu “autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar”;

1968 - A Reforma Universitária que concedeu “autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira”;

1988 - A nova Constituição: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial...”;

1996 - A nova LDB.

Com tanto apoio legal, talvez seja até um risco dizer que as universidades brasileiras não gozam de completa autonomia. Note-se que a autonomia universitária traria conveniências e inconveniências na discussão Universidades Públicas *vs* Universidades Privadas. Creio que isso levou a uma “conversa mal conversada” de modo que, quando veio a LDB de 1996, que poderia de fato regulamentar as bases de uma autonomia de verdade, isso não aconteceu. Foi uma grande oportunidade que perdemos.

Como subsídio para reflexão e discussão, considere-se que a legislação complementar ordinária poderia ter assegurado às universidades, várias delas já com características de verdadeiras *Multiversidades*:

- Serem um novo ente jurídico de direito público, com personalidade jurídica especial, denominado Universidade Pública Federal;
- Autonomia em relação a órgãos externos, como conselhos nacionais e estaduais de educação, conselhos profissionais e de pesquisa. Caberia a esses órgãos avaliar ou opinar;
- Plena autonomia para definir currículos, abrir e fechar cursos;
- Autonomia administrativa de modo a poder se organizar

internamente, aprovando a sua própria estrutura e os seus próprios Estatutos;

- Autonomia em relação ao seu próprio plano de carreira ou política de pessoal. Note-se que o parágrafo V do artigo n. 206 da Constituição não fala em plano de cargos e salários unificado, mas nos três princípios gerais: o piso salarial; o princípio de ingresso exclusivo por concurso público; e o regime jurídico único. Promoções e regimes de trabalho poderiam ser estabelecidos pelas universidades.
- Autonomia de gestão financeira e patrimonial: com dotação orçamentária global (liberdade de remanejamento de recursos públicos entre itens de pessoal, custeio e capital). Recursos gerados pela própria universidade talvez pudessem ter contas em separado, com auditoria própria para recursos de geração própria. Entendendo a universidade como um ente híbrido público-privado. Mudança jurídica difícil para o mundo jurídico de influência romana. Note-se que universidades privadas podem receber recursos públicos e prestam contas a órgãos públicos.¹²

Nestas breves considerações eu me detive em alguns pontos que considero importantes e que vão além da discussão sobre currículos, estrutura e atualização dos cursos. Enfim, do regime didático-científico – tema que em geral ocupa grande parte dos debates, dada a sua óbvia e indiscutível importância. Mas, na verdade, se não houver uma boa mudança na autonomia gerencial, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, eu considero que o resto fica todo comprometido. Se essa parte não for modificada, não há autonomia. A universidade fica refém de uma máquina pública di-

¹² Veja mais em Schwartzman, S. A Autonomia Universitária e a Constituição de 1988, Folha de São Paulo, 12/12/1988; Morhy, L. Princípios e Subsídios para Discussão sobre a Autonomia Universitária, junho de 1999, www.lauromorhy.com.br; Santana, J.M e Morhy, L.M-Universidade, Autonomia e Renovação, JC e-mail 4558, de 09 de Agosto de 2012; Obs: existe ampla e muito rica literatura nacional e internacional sobre autonomia universitária.

fácil de mudar, sem deixar que ela cumpra o seu verdadeiro papel, e continue num mundo onde a lei é criada e existe mais para ser cumprida do que para atender aos interesses sociais verdadeiramente estratégicos.

Temos um sistema de controle bastante forte no país, para cumprir as leis e regras estabelecidas, regras essas que, em matéria de universidade pública principalmente, são muito restritivas e limitadoras. É importante que a gestão e o controle sejam feitos sempre e o melhor possível, mas a atual base legal da autonomia universitária requer revisão. Aprofundou-se num emaranhado de leis e regulamentos que requerem muita vontade, desprendimento burocrático e força política para mudar. Esse quadro gerou e gera cada vez mais vícios e problemas difíceis de serem superados. Grosso modo, pode-se dizer como metáfora que um monstinho entrou em casa pela porta, devorou a universidade, continua devorando e crescendo tanto que já não pode sair inteiro pelas portas e pelas janelas! É preciso que seja morto e seja administrativa e socialmente organizada uma nova casa, sem monstinhos dentro, com *alma mater* renovadora, inovadora, vivendo o presente sem falsidades e sobre tudo voltada educacional e cientificamente para o futuro!

Pode-se constatar que o governo investiu fortemente na formação do atual sistema de controle que hoje abrange o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU), a Advocacia-Geral da União (AGU), o Ministério Público, a Justiça, os Tribunais e as Polícias. Esses setores trabalham cada vez mais entrosados e cada vez mais com razoável eficiência, considerando as regras estabelecidas. Entretanto, as universidades geralmente não estão preparadas para exercerem nem mesmo a autonomia que lhe foi mal concedida e tendem a afundar como ineficientes instituições “auleiras”, longe de serem verdadeiras universidades, as universidades que sonhamos e que a sociedade reclama.

Exercendo pesado controle, a verdade é que o governo não investiu bem nos executores, no seu próprio setor executivo. Investiu muito mais no controle. Pode haver algumas falhas nesse setor, mas nada comparado com o que acontece nas universidades. Não houve

realmente investimento à altura no setor executivo das universidades, mesmo levando em conta a sua base legal equivocada. E isso não depende de Reitores e dos executivos das instituições que dirigem. Todos não são muito mais do que burocratas do Estado.

Se formos ali à Auditoria, vamos encontrar um sacrificado auditor e dois ou três auxiliares, tentando acertar as contas, examinando “quilos e quilos” de processos, e a instituição sempre correndo atrás de erros nem sempre detectáveis, remontados a várias origens e etapas, até de órgãos externos. Os demais setores administrativos em geral não fogem a esse panorama. Realmente, não se tem infraestrutura humana preparada para atender a essa demanda, que é muito grande e complexa. É também difícil formar e manter quadro funcional fixo e mesmo provisório, com salários precários e para atender a uma demanda burocrática com tantas “inovações” externas e sem boa segurança jurídica. Essa parte precisa realmente de melhores cuidados e também de entendimento quanto ao próprio papel do reitor antes de tudo como educador e pesquisador científico, com visão político-estratégica renovadora e inovadora do mundo e da universidade, e não como “gestor contador”, acompanhador de contas e de aplicações financeiras que desconhece ou mal conhece. Muitos reitores, que de fato foram preparados no Brasil e no exterior, até com financiamento público, para serem pesquisadores científicos e educadores, têm sido responsabilizados por contas sobre as quais pouco ou nada sabem e que, de fato, estariam sob os cuidados de setores supostamente bem equipados para isso, com pessoal e infraestrutura de trabalho. Passam então à suspeição pessoal de improbidade ou outras acusações até piores.

Considerando toda essa dificuldade, a certa altura cheguei a propor a *autonomia dual* para discussão. Certamente considerada herética por muitos. O dinheiro que viesse do governo se prestaria contas ao TCU e para o dinheiro não orçamentário ou público – que a instituição gerasse, por exemplo, através de assessorias e outros serviços – haveria outro modo de controle, com auditorias externas especializadas. Quanto a isso, todos sabem que a universidade

é convidada a realizar ou a participar de projetos, por exemplo, urbanísticos, de engenharias, médicos, agrícolas, educacionais, concursos, entre outros. Nesses casos, a prestação de contas dos recursos arrecadados seria feita a outro sistema de auditoria de contas não oficial, como referido, talvez até com a participação de representantes do governo.

Hoje, se a universidade quiser contratar um pesquisador de alta qualificação, como um Prêmio Nobel, ela de fato não pode. Ou faz concurso público, ou não entra. Se quiser trazer especialista muito bom, ele só fica aqui por um ano e olhe lá, ou sujeito a arranjos os mais estranhos. Talvez se consiga uma renovação, baseada na lei que foi criada para permitir a contratação de estrangeiros ou outros dispositivos legais, mas isso sempre com um rigor muito grande no que diz respeito à entrada do novo quadro. E quanto ao nível salarial? É até difícil de imaginar. O jeitinho? Sempre haverá, dirão alguns, mas não devemos pensar em tal caminho. Veja que uma pessoa que atingiu certo nível de reconhecimento e respeitabilidade científica ou educacional não se sujeita eticamente a arranjos contratuais e muito menos em um país onde o denunciamento político-midiático tornou-se moda e até junta facilmente todos os acusados num mesmo caldeirão. Esse é um aspecto muito difícil de se conversar, porque o governo entende que, se mexer nesse setor de controle nas universidades, vai ter que mexer também para outros setores que pleiteiem algo parecido. Muito difícil, mas talvez com a *autonomia dual* fosse possível, pois não se mexeria nas regras dos recursos que viessem do orçamento público. Esse aspecto merece alguma reflexão especial.

Peço, , vênha para que, em caso da possibilidade de alguma mudança, se pense também no que eu chamaria de *autonomia conquistada*. Dadas as restrições existentes, que tal conceder mais autonomia a instituições de desempenho reconhecido? Mais uma conversa difícil, eu sei. Que critérios adotar para as universidades públicas? Vejam, porém, que a história das universidades no mundo registra que muitas universidades bem reconhecidas conquistaram a sua autonomia plena.

Quando a gente fala em autonomia, as pessoas ficam achando que a gente está abrindo mão dos recursos orçamentários públicos a que a universidade pública tem direito: isso não é verdade. Não se pode imaginar isso, senão essas universidades não teriam condições de sustentação absoluta com a sua própria geração de recursos. Então, não abriríamos mão do recurso orçamentário, mas ele também deveria ser conquistado, podendo mesmo ultrapassar as regras atuais ou quotas político-burocraticamente hoje estabelecidas, na medida em que a instituição fosse apresentando resultados reconhecidos. O critério aluno-equivalente de cada Instituto Federal de Ensino Superior (IFES) que vem sendo adotado para o financiamento público precisa de uma corajosa discussão que vá muito além da distribuição de recursos orçamentários. O aluno-equivalente tem sido considerado sinônimo de eficiência, de bom desempenho. Ora, isso reduz muito o papel da universidade.

Por volta de 1990, chegou-se a propor dois tipos de universidades: *universidade de pesquisa e universidade de ensino*. Embora nossa instituição tenha sido incluída entre as universidades de pesquisa, eu nunca gostei muito dessa divisão, porque de fato isso vai contra o princípio fundamental da definição de universidade. Subentende-se que a universidade é uma instituição que forma quadros, faz pesquisa, e trabalha associada com a sociedade buscando soluções as mais diversas. Aliás, quanto ao último aspecto, não há entendimento pacífico no âmbito do governo e órgãos de controle - com lamentáveis consequências punitivas -, pois na hora da prestação de contas questiona-se o "nexo" entre os gastos da universidade, o plano do projeto aprovado e o papel das universidades, e não são aceitas muitas contribuições tidas no âmbito universitário como trabalho de extensão.

Outro aspecto que está sendo motivo de debate inclusive no âmbito judicial - há, inclusive, uma ação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no Superior Tribunal Federal (STF) - é o questionamento sobre *desenvolvimento institucional*. É admitido que a universidade aplique recurso de convênio para o desenvolvimento institucional, mas o *desenvolvimento institucional* é algo muito mal

definido. O que é *desenvolvimento institucional*? Até onde vai?

Em nossa experiência na UnB, tivemos alguns questionamentos relacionados com o trabalho da instituição na Amazônia. A Universidade de Brasília, historicamente, sempre atuou na região. Lá realizamos vários projetos de educação, de pesquisa e de extensão, incluindo cursos pioneiros de pós-graduação. Devo dizer que eu tive a grande alegria de contribuir, como reitor, para a implantação da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – até então a única unidade da Federação que não possuía universidade federal. Também para a criação do curso de Medicina da Universidade Federal do Acre (UFAC), com o imprescindível apoio de governantes locais como o Senador Tião Viana e seu irmão Jorge Viana, do grande e saudoso ex-governador, ex-senador e líder acreano Jorge Kalume, da nossa querida e saudosa professora Vanize Macedo e sua equipe da UnB, além de outros colaboradores abnegados, numa hora em que muitos diziam que isso não era possível.

Com o apoio de pesquisadores docentes, implantamos um laboratório na selva amazônica (Cabeça do Cachorro) para registros e estudos de abalos sísmicos. Pouca gente sabe disso, mas em todas as represas e usinas hidrelétricas há controle sísmico também. Vocês podem imaginar se uma represa estourar, quem mora abaixo como fica?. São problemas gravíssimos que podem acontecer. Mais recentemente ajudamos o Ministério da Cultura, que estava sob a direção do então Ministro Gilberto Gil, a realizar o encontro cultural *Brasil na França*. Entendemos que a UnB não poderia faltar com essa colaboração, considerada bem-sucedida. Mas não houve quem achasse essa uma tarefa um tanto fora de nexos, além de outros questionamentos considerados equivocados, quanto a aspectos jurídicos e na aplicação de recursos.

Há ainda a questão da própria existência do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília (FUB), legalmente criado com a própria Fundação. Assunto delicado que envolve a mudança da lei que concedeu os terrenos da UnB na Asa Norte, com interessados talvez até no Congresso Nacional para que isso entrasse em pauta. Mexer, “aprimorar”, essa lei tornou-se um risco que nunca

se quis correr, deixou-se como está, mesmo mal cumprida – onde estarão as ações da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), já privatizada? E as Ações da Rádio Nacional? Creio que nunca chegou nada por aqui.

Enfim, acho que consegui levantar alguns aspectos para reflexão sobre a autonomia universitária e outros assuntos que supunho de interesse para discussão sobre o futuro da universidade. E então vou encerrar por aqui o meu debate. Espero mais adiante ter a oportunidade de acrescentar algumas coisas nessa conversa.

3.2. Conferência de Paulo Speller

Não deixa de ser um momento de nostalgia. Na última vez em que eu estive na UnB, esta reitoria estava ocupada pelos estudantes. Nós já fizemos isso muitas vezes. Lembro-me agora, eu vi ali algumas faixas contra o Conselho Diretor e exaltando o Conselho Universitário (Consuni). Isso nos faz retornar ao projeto da UnB, às origens da instituição, quando o Conselho Diretor tinha naquele projeto um papel importante, que parece ter sido desativado momentaneamente. Segundo o reitor Ivan Camargo me comentou, está se tentando retomar esse papel tão importante que, na estrutura e na concepção original da universidade, todos esses órgãos colegiados tinham e nós sempre nos espelhamos muito na experiência da UnB. A própria Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), onde eu sou professor, foi criada em 1970 e algumas outras universidades desse período do regime autoritário militar foram espelhadas na UnB. Pouco se diz e se escreveu sobre isso, mas a UnB foi, de uma forma ou de outra, vilipendiada, meio esmagada depois do golpe de 1964, sobretudo em 1965, quando é invadida, fechada e retomada. De qualquer modo, ela deixa uma história que nos inspira muito, até para mudar a própria UnB, como nós discutimos aqui nos 50 anos da Universidade.

Tivemos uma oportunidade de fazer um belo debate com participação dos estudantes. Esse é um momento de grande mobilização no país sobre o qual muitos se colocam perplexos. Quando fala-

mos do futuro da universidade o que nós mais vislumbramos, pelo menos o que eu mais vislumbro, é uma mudança radical na relação entre professores e estudantes, o que vem a refletir, na verdade, na mudança da própria universidade, apesar do que alguns colocam, de certa forma até com razão. Há um argumento que sempre traz o conservadorismo da universidade: nós somos uma instituição que sobreviveu à idade média. Temos aí mil anos, pelo menos no mundo ocidental, e alguns dizem que a universidade de lá para cá pouca coisa mudou. Será que o destino da universidade é esse mesmo? O de ser uma instituição fechada, forte, conservadora, que em nome da qualidade se mantém fechada apesar de sempre dizer que está saindo de seus muros e abrindo as portas para a sociedade? Muitos colocam isso, inclusive como decorrência dos grandes avanços da tecnologia da informação e da comunicação. Será que é só isso? Eu me pergunto, porque alguns dizem que, agora com os *e-books*, com a educação online de massa, a universidade vai se abrir, vai se democratizar para todos. Mas a universidade é muito mais que isso. Os *e-books* com certeza estão aí para ficar; vão ser incorporados; a universidade está aprendendo a conviver com isso.

Como sempre, o Brasil está chegando muito atrasadamente nesse debate. Outro dia mesmo o ministro fez uma declaração dizendo que queria criar a Universidade Aberta no Brasil, aí os jornalistas perguntaram: “Mas professor, nós já temos a Universidade Aberta. Como o senhor vai criar, se nós já temos a Universidade Aberta na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)?”. Quando o ministro deixou a sala, foi o momento da divulgação dos resultados do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), e com o SiSU funcionou tudo tão bem que os jornalistas não tinham o que perguntar. Então, a pergunta que fizeram foi “Como é que vai se dar, já que nós tivemos 788.000 inscritos?”. Ao mesmo tempo, quando pegamos os números do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – em que nós tivemos mais de sete milhões de inscritos – o que a sociedade diz e o que os jornalistas colocaram nas duas coletivas que o ministro deu? Onde é que vão colocar todos esses jovens, já que todos querem entrar e o número de vagas

que nós temos para oferecer é muito pequeno? Ele puxou ali uma ideia que poucos dias antes ele vinha trazendo para a formulação de uma proposta, que é a criação de uma Universidade Aberta do Brasil. E ele colocou isso para a imprensa e a imprensa ficou muito surpresa, mas acabou virando o foco da entrevista porque não havia muito que discutir em relação ao SiSU. Deu certo – não houve nada que tenha saído do que se programou –, então a discussão ficou em cima dessa suposta Universidade Aberta.

Então, a reflexão que a gente começa a fazer é: primeiro, que não se tem um debate sobre a questão da abertura da universidade. Toda a questão da incorporação das tecnologias, toda a questão de por que é que o Brasil, diferentemente de outros países, não criou uma universidade própria como a *Open University*, que começa na Inglaterra e depois cada país criou a sua própria, não só no hemisfério norte, mas também nos grandes países do hemisfério sul? Alemanha, Portugal e todos esses países foram criando na Europa. Nós temos similares em outros países – a Índia criou, a China criou – e por que o Brasil não criou?

O que está por trás desse debate? Na verdade, é: “quais são as políticas que nós vamos construir no Brasil para permitir esse acesso em massa num país que muito atrasadamente criou a sua própria universidade?” Brinca-se muito que o pessoal da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) não gosta de ouvir a historinha do rei da Bélgica que tinha que receber o diploma de doutor *honoris causa*, mas parece que tem certo fundo de verdade. Tomemos de exemplo o caso da Universidade de São Paulo (USP), mais recente ainda, que teve um projeto, que teve uma estratégia. Nós não temos sequer uma universidade centenária, então como vamos dar conta desse atraso que o país tem das demandas que a sociedade nos coloca para efetivamente abrir as portas da universidade ou de outra instituição? Será que é com esta universidade ainda muito calcada no modelo humboldtiano: pesada, de pesquisa, cara, para poucos?

A universidade que temos hoje é para poucos. Ela foi criada para poucos e continua sendo para poucos, por mais Reuni que se invente, por mais Universidade Aberta que se coloque nos mode-

los que nós temos utilizado até agora para a formação de professores – de forma muito limitada, porque o que nós fazemos é apenas isso, diante de um suposto teste de formação de professores que haveria nas licenciaturas. Nós estamos praticamente dando murro em ponta de faca, buscando através da educação aberta e a distância suprir essa formação de professores que nós não temos no país.

O que nós temos conseguido é muito pouco. Nós temos um índice enorme e desesperador de evasão nas licenciaturas, seja na presencial, na semipresencial, na aberta, na educação a distância, ou em outra modalidade, nós estamos encontrando uma desistência muito grande. O que isso está nos mostrando? Que nós não estamos caminhando exatamente na direção em que é preciso caminhar, nós não estamos formulando as políticas que precisam ser formuladas. E eu acho que nós estamos vivendo agora um momento muito especial e muito importante para uma série de coisas que estão sendo colocadas, e estão sendo retiradas das gavetas rapidamente, até para garantir a sobrevivência de muita gente. E por que é que a gente, nesse momento, não coloca e não pontua, sobretudo, as grandes questões da educação que não são apenas de colocar 5%, 7%, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a Educação? Nós precisamos ter clareza de o que vamos fazer com esse dinheiro. Falta a formulação das políticas, que não se trata do Ministério da Educação (MEC) pegar meia dúzia de iluminados que vão sentar dois ou três fins de semana na internet e sair com uma proposta que traga uma solução para esse grande problema que é a Educação Básica no Brasil.

Quando falamos do futuro da Universidade, uma das questões das quais nós não podemos fugir é a Educação Básica. O que ocorre hoje? Mesmo com a tímida expansão que nós temos – porque em termos absolutos nós crescemos muito pouco – o jovem que nos está chegando ao Ensino Médio não tem preparação. O que estamos fazendo na universidade é retomar conhecimentos básicos para que esses estudantes tenham preparo para continuar na universidade e terminar os cursos para os quais vieram. Aí está a base do gargalo, Educação Básica como um todo, mas em especial o Ensino Médio,

que não tem sido foco de políticas e de uma discussão adequada.

Temos trabalhado muito hermeticamente. O que se pode e o que se deve fazer, e onde está a universidade? Nós sempre dizemos isso: a universidade tem um papel fundamental a cumprir aqui.

Algumas questões me interessam mais e eu tenho puxado desde o primeiro dia em que o ministro me convidou para assumir a Secretaria de Educação Superior (SESu) no MEC. A primeira delas é uma missão formal que está nas normas que criam a Secretaria, que é a formulação e implementação da política para a Educação Superior no Brasil. Nós não temos. Nós temos isso escrito de forma errática, fragmentada: uma lei, uma portaria, uma norma do Conselho Nacional de Educação (CNE), algo extraído da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). E onde é que estão: um recurso que se coloca a mais, um programa que se cria, um Reuni que se faz para atender uma problemática que é real e que nós enfrentamos com muita dificuldade, mas foi implementado?

Essa política, porém, precisa de um grande debate, que é o que temos trabalhado para fazer na SESu. Um grande debate com a presença das nossas universidades, de outras instituições e da sociedade para fazer essa discussão sobre a educação superior brasileira.

A outra questão que coloquei ao ministro é a da autonomia da universidade. Nós estamos atrasados, mesmo se pensarmos de maneira conversadora e compara o atual modelo com as universidades de mil anos atrás. As universidades nascem exatamente com essa marca da autonomia e nós aqui no Brasil, comparativamente com países pobres da América do Sul, não avançamos em muitas coisas. Enfrentamos dificuldades nas nossas universidades públicas. É um grande problema o que o reitor e sua equipe vivenciam no dia a dia dentro da universidade. Nós somos eleitos com respaldo de toda a comunidade universitária e no dia seguinte estão no gabinete dizendo: “reitor, agora é hora de a gente fazer as coisas que a gente discutiu durante a campanha e vamos fazer” –, principalmente os estudantes. Então, o reitor começa a encontrar uma série de empecilhos e a universidade não tem autonomia para fazer aquilo que a universidade pensa que deve fazer, com todos os controles que deve ter.

Não se trata de soberania, nem de negar toda a estrutura e a normatização que existe para o controle, porque nós estamos falando de dinheiro público. Este me parece ser um projeto muito caro que nós já tentamos na Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). A Andifes tem uma proposta de lei orgânica nas Universidades Federais que não prosperou. Tentamos levar a frente uma proposta de lei da reforma universitária que encaminhamos com o ministro Fernando Haddad para o presidente Lula em 2003. Solenemente, no palácio do Planalto, com a presença de mais de mil pessoas, aquilo foi anunciado e hoje está engavetado no Congresso Nacional. A proposta trata de uma série de questões, inclusive da universidade privada e da participação do capital estrangeiro na educação superior. É um projeto de lei bastante abrangente, mas está parado. Então, essa é a segunda questão que nós queremos retomar. Aliás, as duas questões estão muito ligadas, não há como separar uma da outra.

Temos desenvolvido junto à Andifes, que congrega o conjunto dos reitores, um projeto de lei orgânica. Penso que o momento que nós vivenciamos agora é muito propício para trazermos esse projeto à tona, porque a universidade tem que ter essa autonomia. Não se trata apenas da autonomia financeira e da gestão, mas, ao ter essa autonomia conjugada com a autonomia acadêmica didática, ela passa a ter maior liberdade para formular os seus planos, a sua estratégia, a estratégia de tomada de decisão junto à universidade, a sua vinculação com a sociedade e até na escola de seus dirigentes. Nós ainda temos um modelo que, em boa medida, é um “faz de conta”: formula-se uma lista tríplice em que há um acordo tácito com o Governo Federal – o presidente Lula e a presidenta Dilma têm respeitado esse acordo e efetivamente o primeiro ou a primeira da lista é sempre nomeado ou nomeada. Hoje temos aí quase uma prevalência de reitoras, elas vêm assumindo de forma muito positiva a direção de muitas universidades. Mas tem todo um processo de escolha que não pode aparecer, porque na legislação fala-se em uma lista tríplice elaborada pelo colégio eleitoral em que estão apenas os colégios ou os conselhos superiores da universidade.

de. Então, isso tem que ser escancarado e nós temos que buscar o caminho mais adequado para essa escolha de dirigentes. Alguns já defendem, inclusive, que a escolha de dirigentes deve ser mais ampla no sentido de buscar nomes não só dentro da universidade, mas também fora da universidade e do país, como nós vemos em grandes universidades. Não se trata apenas daquele que represente interesses pontuais ou do segmento docente. Esse é um debate que nós temos que abrir para encontrar o melhor caminho e aí, sim, inserir esse debate no âmbito da autonomia da universidade.

Se nós conseguirmos avançar nessas duas questões, nós teremos feito uma revolução no campo da educação superior. Nós sabemos que não é fácil, nós sabemos que o tempo é curto. Nós estamos caminhando para, daqui a um ano e meio, o final deste governo. Então esse é o tempo em que se pretende levar a cabo essa discussão e a implementação dessas duas frentes de debates.

Avançou-se na autonomia das universidades paulistas. A gente se espanta até hoje. O governador Quéricia assinou uma portaria, com isso a questão orçamentária e a gestão do orçamento são feitas pelas três universidades: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Já se fala que é pouco, que é preciso mais, enfim, há uma questão aí que ainda não foi encerrada. E do lado das Universidades Federais? O que se tem? Não se tem nada nesse sentido. A cada ano é uma discussão que se faz em cima do orçamento do ano anterior, em cima de indicadores que temos, discutidos e rediscutidos. Quais são os indicadores que vamos usar, se é o conceito do curso, se é o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), se é a avaliação da Capes, se é o conjunto disso, se é o conjunto dos recursos que são arrecadados pelas universidades para pesquisa e extensão. Nós não temos um modelo, e é esse modelo que a lei orgânica das universidades federais pretende. Nós já temos um anteprojeto que foi discutido no âmbito da Andifes e queremos trazer isso agora para a discussão.

Há experiências inovadoras no nosso país. É o caso da UnB e são os casos das duas mais recentes universidades pequenas e

quase últimas universidades criadas, que buscam a integração internacional e dizem nada mais nada menos que aquilo que estamos trazendo, buscando para o conjunto das universidades essa palavra mágica que de repente todos declamam: internacionalização. E, aliás, a UnB começou dentro de sua proposta, com uma prática de internacionalização, trazendo professores de fora. Eram brasileiros, estrangeiros, abrindo espaço para que essas experiências estivessem aqui. E mais recentemente nós tivemos, estão ainda em curso, duas experiências de duas universidades que buscam explicitamente, formulados em sua lei, a integração internacional, com a América Latina e países da África. Onde nós estamos esbarrando no caso dessas duas universidades com limitações? É que não se pode. A palavra que mais se ouve, seja vinda da procuradoria federal, seja das normas existentes, é que quando se fala em integração internacional, em ações fora do país, em trazer pessoas de fora, nada pode ser feito. Então, nós estamos com uma série de normas que nos atravancam. Por quê? No caso da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), por exemplo, nós nos defrontamos com a necessidade de ter bases da universidade fora do país, porque quando você vai para países africanos – e nós começamos por países africanos de língua portuguesa – nós temos dois países que sequer têm universidade. É o caso de São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau, que chegaram a criar uma universidade, tentaram várias vezes colocá-la de pé, mas é golpe daqui, golpe dali, e nunca conseguiram colocar a universidade para funcionar. Quer dizer, nós estamos hoje com um conjunto de programas, sobretudo em países como Moçambique, inclusive com a presença de quatro universidades federais brasileiras ofertando cursos juntamente com duas universidades públicas moçambicanas, mas nós lutamos contra dificuldades que enfrentamos também fora dos *campi*, que é a gestão desses programas naqueles países, para a miudeza, para a sobrevivência dos programas no dia a dia. É para fazer um telefonema, para encher um tanque, é para buscar uma pessoa no aeroporto. Não tem como, não tem recurso para isso. O coordenador local tem que tirar do bolso dele. E quantas vezes nós não fizemos isso aqui?

Nós vamos encontrar nas grandes universidades que nossos governantes sempre usam como modelo uma flexibilização e uma estrutura capaz de dar o apoio necessário para que esses programas sejam realizados. Isso tem a ver com autonomia. É uma decisão autônoma a de a universidade autorizar este programa, aquela ação, esta atividade, e colocar os meios necessários para que ela aconteça, e nós não temos isso no nosso país. Nesse sentido, a autonomia visa, entre outras coisas, exatamente dar este espaço de decisão que a universidade não tem: da gestão de seus recursos através de seus conselhos superiores, que é o que nós queremos levar adiante agora.

No caso na Unilab, voltando a exemplos concretos, eu fiquei durante quase cinco anos a frente do projeto: três anos presidindo comissão de implantação e depois com a aprovação do projeto de lei, já como reitor, durante mais de dois anos. Na década de sessenta, uma das questões que nos chamava mais atenção na UnB era ter o estudante dentro do *campus*, e que hoje assusta todo mundo. Quando se fala em moradia estudantil, a primeira coisa que se pensa é em construir fora do *campus*. E nós assustamos a UnB também. Nós fomos para o Centro Olímpico em 1966, fomos obrigados a invadir os antigos barracões que estavam fechados e serviam de alojamento para os trabalhadores para mostrar que a presença do estudante na universidade é importante, não apenas necessária, mas também traz vida para a universidade. É importante trazer essa proposta da presença integral do estudante, participando não apenas das atividades previstas na formação de um curso, mas de um conjunto de atividades que traz vida à universidade. Depois viemos para a Colina. O estudante dava uma vida, um colorido ao campus da UnB. Nós estávamos aqui o dia inteiro, no restaurante universitário, nos grandes debates, nos concertos, no auditório do Instituto de Artes (IdA) e na Biblioteca, que já ficava aberta até a meia-noite. Aquilo serviu de inspiração para muita gente, que nós tentamos buscar agora para a Unilab, que se colocou como uma proposta de universidade 100% residente e de tempo integral. Isso escandalizou muita gente. Nós projetamos blocos de moradia para

a totalidade dos estudantes, professores e visitantes dentro do *campus*. A gestão disso, no dia a dia, que é complicada.

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu, vem enfrentando muitas dificuldades, trazendo estudantes de todos os países da América do Sul, e agora do Caribe, e dando oportunidades para que os estudantes brasileiros possam sair do Brasil. Esse é um grande problema ao longo da nossa história. Nós estamos vendo agora como o Ciência Sem Fronteiras aponta para um problema muito sério, que está merecendo a criação de um programa, inglês sem fronteiras, já que os nossos estudantes não falam inglês e tampouco outras línguas. Estamos já criando o programa para permitir que eles estejam preparados. Já há a ideia de transformar o programa inglês sem fronteiras em idiomas sem fronteiras para que não nos fechemos apenas ao inglês, mesmo sendo reconhecida hoje como língua que mais abre portas. Mas não há porque não abriremos as portas para o mandarim, o árabe e até línguas mais tradicionais como o francês, o italiano e o alemão. Enfim, abrir oportunidades para todas essas línguas é o que estamos buscando nesse programa. E nós colocamos isso na Unila. Ao mesmo tempo em que trazemos e desenvolvemos atividades em conjunto com universidades africanas e asiáticas, nós estamos abrindo oportunidades para que estudantes brasileiros possam passar um período, por exemplo, de um trimestre, em universidades africanas, asiáticas e europeias.

Há uma limitação muito forte, não só da língua, mas de conhecimento. Eu lembro quando chegamos a Cuiabá. Muito curioso, comecei a perguntar como era a Bolívia. Disseram-me: “esqueça a Bolívia, nós temos que pensar na Europa, nos Estados Unidos”. Na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) havia um total desconhecimento de uma realidade que estava a 200 km, como daqui a Goiânia. Havia um total desconhecimento e nenhum contato com as universidades, com o povo, com a cultura e com as tradições, seja da Bolívia, do Paraguai ou de outros países da América do Sul. Essa é uma realidade muito nova para nós, nascida de 20 anos para cá. Com o governo Lula começamos a cruzar os Andes, porque,

antes, quem fazia isso era só *hippie*. Pegávamos o trem da morte em Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, para poder ir pra *Machu Picchu*. Eles é que cruzavam os Andes, e em números ínfimos. Nós estamos vivendo outra realidade hoje, na qual estamos presentes. O espanhol passou a ser formalmente a nossa segunda língua, mas não de fato – não temos nem professor de português, imagina de espanhol, nas nossas escolas de Ensino Médio.

Há todo um panorama, uma série de perspectivas, que se colocam agora para a integração dos países, e a experiência destas duas universidades, a Unila e a Unilab, vem mostrando de forma muito clara que há desafios imensos a serem resolvidos e aqui nós voltamos ao ponto de origem, que é exatamente a autonomia das nossas universidades. Não há como se pensar na integração internacional, em passos mais ousados, em futuro da universidade, sem se pensar em autonomia. Autonomia para mim é o eixo central de qualquer projeto que se queira para que as nossas 63 universidades federais possam efetivamente cumprir o papel que as duas conferências mundiais de Educação Superior da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) colocaram de forma muito clara. A universidade, sobretudo a pública, tem um papel estratégico. Nunca é demais lembrar que é também um professor da UnB que esteve por trás da organização da primeira Conferência Mundial de Educação Superior, o professor Marco Antonio Rodrigues Dias, que foi vice-reitor desta universidade. E ali, mais uma vez se reafirmou esse papel tão importante que nós temos. Não se trata apenas de lutarmos para que o Brasil tenha meia dúzia de universidades nos *rankings* internacionais. Não confundamos as coisas. É importante que nós tenhamos universidades que se destaquem mundialmente, mas esse não é o cerne da questão. Se nós criamos e mantemos 63 universidades federais, todas elas devem ter um papel estratégico na região onde se encontram, nacionalmente e internacionalmente. Isso depende não apenas de um apoio do governo, mas nós não podemos continuar recebendo reitor que vem dizer que precisa de um assistente administrativo, de um professor substituto, ou criar um curso. Isso tem que entrar na

autonomia da universidade, e ela deve ser responsável. Não se surpreendam, tem um bocado de reitor que não quer autonomia, porque a coisa muda de figura. Há muita responsabilidade envolvida. Quando eu fui para Mato Grosso fui porque, entre outras coisas, o salário era melhor. Havia uma política que incentivava a vinda de professores para as regiões mais remotas. Quem é que vai para o Acre, para Roraima, para o Amapá? Sair do conforto, das boas bibliotecas, da família, dos meios, dos laboratórios, para ganhar o mesmo salário que ganha do lado de casa? É preciso que haja um programa de incentivo e é por isso que a gente tem que lutar.

A autonomia da universidade também pode trabalhar nessa direção. É nessa linha que eu queria, em brevíssimas palavras, trazer para vocês que nós precisamos de políticas que delineiem estrategicamente qual o papel da Educação Superior no país, inserida no contexto da educação como um todo ou de um eixo central para que ela avance, sobretudo as nossas 63 universidades federais, e quantas mais sejam criadas com autonomia. Sem autonomia não há como pensar em exercer esse papel estratégico.

